

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 11/2014**

Período: 12/04/2014 – 18/04/2014

GEDES – Brasil

- 1- Colunista defendeu respeito pelas instituições democráticas
- 2- Jornal lembrou uso indevido de avião da Força Aérea Brasileira
- 3- Colunas opinativas analisam golpes na história do Brasil
- 4- Maioria da cúpula atual das Forças Armadas ingressou durante o regime militar
- 5- Ocupação das Forças Armadas no Complexo da Maré no Rio de Janeiro
- 6- Coluna opinativa compara regime militar e atuais ameaças à democracia
- 7- Exército atuará no combate à dengue
- 8- Documentário traz depoimentos de mulheres que lutaram contra o regime militar
- 9- Jornalista critica a Lei Antiterrorismo
- 10- Universidade de São Paulo discute caso de demissão da professora Ana Rosa Kucinski
- 11- Forças Armadas atuam na segurança pública durante greve da Polícia Militar na Bahia
- 12- Presidenta da República afirma que haverá 'segurança pesada' na Copa do Mundo

1- Colunista defendeu respeito pelas instituições democráticas

Em coluna opinativa para o jornal *Correio Braziliense*, o jornalista Ari Cunha defendeu que um dos pilares da democracia é o respeito pelas instituições. Segundo Cunha, às vésperas da tomada do poder pelos militares (1964), as manobras feitas para impedir a posse do então vice-presidente da República, João Goulart, assim como a renúncia do presidente Jânio Quadros, criaram um processo de enfraquecimento da estrutura do Estado e fragilizaram a cadeia de comando de modo a dar abertura a qualquer tentativa de golpe. Cunha comparou tal situação à atual onda de ataques à autoridades e instituições políticas, citando como exemplo o grupo *blackblocks*. (*Correio Braziliense* – Opinião – 12/04/14)

2- Jornal lembrou uso indevido de avião da Força Aérea Brasileira

O jornal *Correio Braziliense* lembrou que, em 21/12/13, o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, usou um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) para ir até a cidade de Recife, em Pernambuco, onde fez uma cirurgia de implante capilar. Após o uso indevido da aeronave ter se tornado público, Calheiros devolveu R\$27,4 mil aos cofres públicos. (*Correio Braziliense* – Política – 12/04/14)

3- Colunas opinativas analisam golpes na história do Brasil

Em coluna opinativa para o jornal *O Estado de S. Paulo*, Roberto Romano, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), discorreu sobre as

tomadas de poder na história brasileira e afirmou que golpes bem sucedidos mudam uma instituição sem tropas nas ruas, mas os que usam violência geram desconfiança dos governados. Romano listou golpes como o dos militares que derrubaram a monarquia em 1889 e o de Getúlio Vargas que instalou uma ditadura em 1937. Segundo o professor, o Ato Institucional nº1 (AI-1), decretado no primeiro ano do regime militar (1964), aposentou as noções de legitimidade vigentes ao invocar exceção, enquanto os golpes seguintes foram impostos sob a égide de lideranças civis, corporações jurídicas e oligarquias regionais. O autor criticou a transformação do Congresso Nacional e a nova Constituição (1988), que apesar de prever mecanismos contra golpe de Estado, não impede o exercício reiterado da usurpação política. Por fim, Romano apontou que as medidas provisórias se transformaram em golpes na medida em que seu caráter de exceção se transformou em regra para o Executivo legislar. Também em coluna opinativa para *O Estado*, o professor da Universidade de São Paulo (USP) Oliveiros S. Ferreira afirmou que os artigos escritos em ocasião dos 50 anos da tomada de poder de 1964 ignoram a ideia de que as Forças Armadas desempenharam no período do regime (1964-1985) o papel representado pelo Poder Moderador no Império. De acordo com o professor, uma revisão baseada nessa tese poderia afirmar se os militares prolongaram, durante a República, a instituição imperial. (*O Estado de S. Paulo – Opinião – 12/04/14*; *O Estado de S. Paulo – Opinião - 14/04/14*)

4- Maioria da cúpula atual das Forças Armadas ingressou durante o regime militar

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, 97% dos atuais oficiais-generais das Forças Armadas brasileiras ingressaram na carreira durante o regime militar (1964-1985). Os dados foram obtidos pela *Folha* através da Lei de Acesso à Informação. A ascensão ao posto de general exige bom desempenho acadêmico, a ocupação de cargos de relevo e a aprovação unânime dos integrantes do Alto Comando, segundo a lei 5.821, de 1972. De acordo com o jornal, a profissionalização da carreira militar levou à perpetuação da linha ideológica dos generais que promoveram a tomada de poder em 1964. Para o cientista político do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense, Eurico de Lima Figueiredo, “a formação doutrinária, o corporativismo e a transição relativamente tranquila para a democracia” justificam a perspectiva complacente dos militares sobre o regime que lideraram. (*Folha de S. Paulo – Poder – 13/04/14*)

5- Ocupação das Forças Armadas no Complexo da Maré no Rio de Janeiro

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, Jefferson Rodrigues da Silva, de 18 anos, morreu após ser baleado por um fuzileiro naval que integra as forças militares que ocupam as favelas do Complexo da Maré, na cidade do Rio de Janeiro. Segundo o Comando da Força de Pacificação, o homem foi atingido após resistir à prisão e trocar tiros com fuzileiros na favela Vila dos Pinheiros. Moradores afirmaram que o jovem era trabalhador e, em protesto, fecharam importantes vias da região. O governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, se recusou a falar sobre o caso e afirmou, durante uma visita à Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Morro

dos Prazeres, em Santa Teresa, que só irá se pronunciar após a conclusão do relatório técnico da Polícia Civil. Segundo os jornais, as versões sobre o caso dadas pelo Exército e pelos moradores da comunidade são conflitantes. Enquanto o Exército afirma que Rodrigues disparou contra os militares, moradores alegam que o rapaz não estava envolvido em nenhum tipo de atividade ilícita. Devido ao acontecimento, o governador do Rio de Janeiro desistiu da possibilidade de reforçar o efetivo de policiais e militares na região. Na mesma ocasião, o prefeito do Rio, Eduardo Paes, anunciou um investimento de R\$ 7,3 milhões na construção de dois prédios e reforma de oito imóveis que servem de sede para as UPPs. O comandante-geral da Força de Pacificação do Complexo da Maré, general Roberto Escoto, anunciou, no dia 13/04/14, que as Forças Armadas lançarão o Disque-Pacificação, canal pelo qual os moradores das comunidades pacificadas poderão fazer denúncias anônimas às autoridades. Segundo o general, o Disque-Pacificação permitirá que os traficantes que ainda circulam pela comunidade sejam presos em flagrante. Além dessa iniciativa para auxiliar os militares, uma central de inteligência foi montada no complexo de favelas. (Correio Braziliense – Brasil – 14/04/2014; Folha de S. Paulo – Poder – 13/04/14; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 16/04/14; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 13/04/14; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 16/04/14)

6- Coluna opinativa compara regime militar e atuais ameaças à democracia

Em coluna opinativa para o jornal *Correio Braziliense*, o procurador do estado de Goiás e presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, Marcello Terto, afirmou ser necessário um esforço de reflexão por parte dos brasileiros acerca da distinção entre os instrumentos de dominação das ditaduras e os atuais inimigos da democracia. Estes, segundo Terto, seriam mais perigosos que o levante militar de 1964, pois se aproveitam das falhas de prevenção e mecanismos de controle e da ineficiência do sistema repressivo para manipular a maioria e dominar o poder em proveito próprio. Neste contexto, o procurador criticou as frustradas discussões sobre reformas para reduzir a corrupção e exaltou o Movimento Nacional pela Advocacia Pública lançado em abril de 2014 com o objetivo de destacar a importância do reforço das instituições constitucionais de Justiça e garantir a defesa dos valores democráticos. Por fim, Terto ressaltou que o processo democrático e deliberativo deve ser respeitado, pois legitima as políticas públicas e representa o inverso da ditadura. (Correio Braziliense – Opinião – 15/04/14)

7- Exército atuará no combate à dengue

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Exército atuará no combate à dengue na cidade de Campinas, no estado de São Paulo. Cinquenta e oito homens do 11º Batalhão de Infantaria Blindada foram treinados e saíram às ruas para remover entulhos e eliminar possíveis focos do mosquito. A medida se deve ao aumento de 82,3% dos casos de dengue na região no período de um mês. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 15/04/14)

8- Documentário traz depoimentos de mulheres que lutaram contra o regime militar

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, um documentário sobre mulheres que lutaram contra o regime militar (1964-1985) está sendo exibido no canal GNT, da Rede Globo, e traz como convidada a esposa do ex-deputado federal José Genoíno, Rioco Kayano, que entrou para o Partido Comunista do Brasil (PC do B) em 1968 e acabou presa no estado do Pará em seu esforço de integrar à Guerrilha do Araguaia. A professora e ex-militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), Jessie Jane, também foi entrevistada a respeito da tentativa frustrada de sequestrar um avião na cidade do Rio de Janeiro para trocar passageiros por presos políticos. Jane foi pega e ficou nove anos presa. (*Folha de S. Paulo – Ilustrada – 16/04/14*)

9- Jornalista critica a Lei Antiterrorismo

Em coluna opinativa para o periódico *Correio Braziliense*, o jornalista Ari Cunha analisou que o projeto que cria a chamada lei “antiterrorismo” (PSL nº499/2013) evidencia as mudanças propostas pelo governo e pelo Poder Legislativo no Código Penal. Tal proposta, segundo Cunha, “é ainda mais dura do que a Lei de Segurança Nacional (LSN)”, aprovada pelos militares com objetivo de acabar com o vandalismo e atos dos movimentos armados que agiam na clandestinidade contra o regime militar (1964-1985). Se aprovada, a lei intensificará as penas já previstas no código penal para os manifestantes mascarados envolvidos em confusão. De acordo com o jornalista, o governo trabalha para que esse projeto de lei seja considerado em regime de urgência no Senado, enquanto adota medidas para afastar os “efeitos crescentes das manifestações” contra os eventos esportivos da Copa do Mundo, a ser realizada no Brasil em 2014. (*Correio Braziliense – Opinião – 16/04/14*)

10- Universidade de São Paulo discute caso de demissão da professora Ana Rosa Kucinski

Segundo os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a Congregação do Instituto de Química da Universidade de São Paulo (USP) havia agendado para o dia 17/04/14 a análise do pedido da Comissão da Verdade da USP para que a demissão da professora Ana Rosa Kucinski fosse revertida. De acordo com a *Folha*, a professora foi demitida em outubro de 1975 sob a alegação de abandono de emprego, pouco mais de um ano após seu desaparecimento, na época do regime militar (1964-1985). O pedido de revisão justifica que a demissão não levou em conta observações que já indicavam, na época, que a professora não teria abandonado o emprego, mas sido sequestrada por agentes do aparato repressivo do regime, na cidade de São Paulo, e por isso estava desaparecida. De acordo com *O Estado*, militares e policiais civis relataram que Kucinski e seu marido, o físico Wilson Silva, eram militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN) e foram presos no dia 22/04/1974, na cidade de São Paulo, e levados à chamada Casa da Morte na cidade de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro. O casal nunca foi encontrado, mas seus nomes surgem em mais de um relato de agentes do Estado que atuaram naquele local, como o delegado Claudio Guerra, que relata em seu livro “Memórias de uma Guerra Suja” que os restos mortais de Ana Rosa e Wilson foram incinerados e

que o corpo da professora apresentava sinais de tortura e violência sexual. Houve denúncias feitas no país e no exterior e várias organizações se mobilizaram para obter informações sobre o caso. O arcebispo do estado de São Paulo, cardeal Paulo Evaristo Arns, levou na época o caso ao conhecimento do ministro da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva, o qual articulava o processo que levaria à distensão política. O governo do ex-presidente da República Ernesto Geisel, pressionado pela repercussão do caso, declarou, por meio de uma nota oficial, assinada pelo ex-ministro da Justiça, Armando Falcão, que tratava-se de um casal “terroristas” e que estes estavam “foragidos”. Como consequência, à época, a Congregação do Instituto de Química, mediante votação, aprovou a proposta da Reitoria da USP pedindo a dispensa da docente por abandono de função. No ano de 1995, o jornalista e irmão da professora, Bernardo Kucinski, encaminhou à Reitoria da USP um pedido para a retificação da causa da demissão. A USP reconheceu a injustiça, através de um relatório extenso, mas justificou a posição anterior, o que desagradou a família de Ana Rosa. Segundo os jornais, era quase certo que a Congregação do Instituto de Química cancelaria a demissão no dia 22/04/14, data na qual estava programada uma homenagem à docente, sendo inaugurado em sua memória uma escultura nos jardins do Instituto de Química. Ainda estava previsto que um representante da diretoria da instituição apresente na ocasião um pedido formal de desculpas à família de Ana Rosa. (Folha de S. Paulo – Poder – 17/04/14; O Estado de S. Paulo – Política – 16/04/14)

11- Forças Armadas atuam na segurança pública durante greve da Polícia Militar na Bahia

Conforme publicado nos periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, as Forças Armadas e a Força Nacional de Segurança foram acionadas para atuar na segurança pública do estado da Bahia, por ocasião da greve da Polícia Militar iniciada no dia 16/04/14. No mesmo dia, segundo *O Estado*, a presidenta da República, Dilma Rousseff, assinou, a pedido do governador do estado da Bahia, Jaques Wagner, decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), autorizando o deslocamento de 8,5 mil militares para o estado, sob o comando do general Racine Bezerra Lima, comandante da 6ª Região Militar. De acordo com os jornais, a Justiça do estado de Bahia considerou ilegal a greve e determinou a volta imediata dos policiais às atividades. Com a ausência de policiamento, a criminalidade cresceu substancialmente, principalmente com registros de saques a estabelecimentos comerciais. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 17/04/14; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 17/04/14)

12- Presidenta da República afirma que haverá ‘segurança pesada’ na Copa do Mundo

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a presidenta da República, Dilma Rousseff, declarou em discurso para integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, no Palácio do Planalto, na capital federal Brasília, que a Copa do Mundo no Brasil contará com “segurança pesada”. De acordo com Rousseff, as Forças Armadas serão empregadas “em caráter dissuasório, e em toda retaguarda”, justificando que o governo federal não pactuará, em hipótese alguma, com qualquer tipo de violência, em referência a

possíveis manifestações sociais durante o evento. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 17/04/14)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais);
Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista Proex);
Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Grazielle Gouveia (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais);
Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais);
Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais);
Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Victor Brando Coelho (Redator, graduando em Relações Internacionais)